

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as., as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/19 da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o **SICOOB AMAZÔNIA** completou 18 (dezoito) anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o **SICOOB AMAZÔNIA** obteve como resultado bruto o valor de R\$ 7.852.830,24 (Sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), representando um retorno de 6,68% sobre o Patrimônio Líquido.

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 5.690.816,98 (Cinco milhões, seiscentos e noventa mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Após as deduções legais do FATES, do Fundo de Reserva e do resultado de incorporação, as sobras líquidas à disposição da Assembleia Geral indica a importância de R\$ 643.605,14, (Seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinco reais e quatorze centavos) que representa um retorno de 0,55% sobre o Patrimônio Líquido.

Demonstração das destinações realizadas:

Resultado antes das destinações	7.852.830,24
(-) Juros ao capital pagos aos associados	(5.690.816,98)
(-) Resultado de incorporação	(1.171.851,50)
Resultado Após os Juros ao Capital – Antes das Destinações Legais	990.161,76
(-) FATES - Fundo de Assistência Téc. Educ. e Social	(49.508,09)
(-) Fundo de Reserva	(297.048,53)
Sobras Líquidas à disposição da Assembleia Geral	643.605,14

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 82.129.669,49. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 346.718.197,21.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 202.065.500,76	58,28%
Carteira Rural	R\$ 144.652.696,45	41,72%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 14,88% da carteira, no montante de R\$ 51.583.789,94.

4. **Captação**

As captações, no total de R\$ 184.067.047,48, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 34,63%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósito à Vista	R\$ 114.004.472,58	61,94%
Depósito à Prazo	R\$ 70.062.574,90	38,06%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/19 o percentual de 19,97% da captação, no montante de R\$ 36.750.779,12.

5. **Patrimônio de Referência**

O Patrimônio de Referência do **SICOOB AMAZÔNIA** era de R\$ 112.753.448,38. O quadro de associados era composto por 21.720 Cooperados, havendo um acréscimo de 53,24% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. **Política de Crédito**

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O **SICOOB AMAZÔNIA** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. **Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo **SICOOB NORTE**, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a

remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na Assembleia Geral Ordinária (AGO), com mandato até a AGO de 2020. O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do **SICOOB AMAZÔNIA** registrou 67 (sessenta e sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Das 67 (sessenta e sete) reclamações, 42 (quarenta e duas) foram consideradas improcedentes e 25 (vinte e cinco) consideradas procedentes e solucionadas dentro do prazo legal, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

10. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.



Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Buritis/RO, 28 de fevereiro de 2020.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA

ELIAS ALVES PEREIRA
Presidente do Cons. de Adm.
CPF. 422.143.862-20

MARCOS MURILO GONÇALVES
Diretor Operacional
CPF. 573.343.586-00

MARIA APARECIDA BUENO BEVILAQUA
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
SICOOB AMAZÔNIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

		Em Reais	
		31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		328.573.963,15	248.229.115,62
Circulante		328.573.963,15	248.229.115,62
Disponibilidades	Nota 4	9.088.452,20	2.629.391,38
Relações Interfinanceiras	Nota 5	82.129.669,49	59.022.589,82
Centralização Financeira - Cooperativas		82.129.669,49	59.022.589,82
Operações de Crédito	Nota 6	220.127.582,22	180.996.528,84
Operações de Crédito		236.696.743,04	187.873.068,66
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(16.569.160,82)	(6.876.539,82)
Outros Créditos	Nota 7	5.983.075,20	2.812.915,84
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.640.266,08	1.062.440,45
Rendas a Receber		924.288,01	703.513,30
Diversos		4.635.290,10	1.903.159,93
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1.216.768,99)	(856.197,84)
Outros Valores e Bens	Nota 8	11.245.184,04	2.767.689,74
Outros Valores e Bens		10.913.854,56	2.374.817,37
Despesas Antecipadas		331.329,48	392.872,37
Não Circulante		129.649.008,01	100.499.964,86
Realizável a Longo Prazo		102.479.199,72	84.774.508,48
Operações de Crédito	Nota 6	102.468.286,56	84.698.657,53
Operações de Crédito		110.021.454,17	88.804.618,12
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.553.167,61)	(4.105.960,59)
Outros Créditos	Nota 7	10.913,16	75.850,95
Diversos		10.913,16	75.850,95
Investimentos	Nota 9	8.002.660,30	6.626.702,00
Outros Investimentos		8.002.660,30	6.626.702,00
Imobilizado em Uso	Nota 10	19.046.550,43	9.007.078,89
Imóveis de Uso		12.094.104,93	5.797.548,75
Outras Imobilizações de Uso		12.355.553,38	5.636.549,60
(Depreciações Acumuladas)		(5.930.812,71)	(2.427.019,46)
Intangível		120.597,56	91.675,49
Ativos Intangíveis		367.727,50	265.827,72
(Amortização Acumulada)		(247.129,94)	(174.152,23)
TOTAL DO ATIVO		458.222.971,16	348.729.080,48

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Marcos Murilo Gonçalves
Diretor Operacional
CPF. 573.343.586-00

Maria Aparecida Bueno Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
SICOOB AMAZÔNIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018

		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
		Em Reais	
PASSIVO			
Circulante		281.296.534,19	187.639.119,36
Depósitos	Nota 11	184.067.047,48	136.720.571,22
Depósitos à Vista		114.004.472,58	83.832.864,23
Depósitos a Prazo		70.062.574,90	52.887.706,99
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	Nota 12	9.379.841,81	5.579.703,26
Recursos de Letras Imob., Hipotecária, de Crédito e Similares		9.379.841,81	5.579.703,26
Relações Interfinanceiras	Nota 13	71.400.432,23	38.909.456,42
Repasse Interfinanceiros		71.400.432,23	38.909.456,42
Relações Interdependências	Nota 14	2.081,76	248,92
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.081,76	248,92
Outras Obrigações	Nota 15	16.447.130,91	6.429.139,54
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	Nota 15.1	150.908,52	91.366,29
Sociais e Estatutárias	Nota 15.2	965.164,64	883.701,53
Fiscais e Previdenciárias	Nota 15.3	965.904,51	704.124,45
Diversas	Nota 15.4	14.365.153,24	4.749.947,27
Não Circulante		59.444.374,10	58.996.111,16
Relações Interfinanceiras	Nota 13	59.182.110,60	58.969.361,37
Repasse Interfinanceiros		59.182.110,60	58.969.361,37
Outras Obrigações	Nota 15.4	262.263,50	26.749,79
Diversas		262.263,50	26.749,79
Patrimônio Líquido	Nota 17	117.482.062,87	102.093.849,96
Capital Social	17.a	102.570.504,63	83.043.553,30
De Domiciliados no País		107.984.014,28	85.674.749,74
(Capital a Realizar)		(5.413.509,65)	(2.631.196,44)
Reserva de Sobras	17.b/c	14.267.953,10	13.747.998,23
Sobras/Perdas Acumuladas	17.c	643.605,14	5.302.298,43
TOTAL		458.222.971,16	348.729.080,48

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Marcos Murilo Gonçalves
Diretor Operacional
CPF. 573.343.586-00

Maria Aparecida Bueno Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
SICOOB AMAZÔNIA

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DESCRIÇÃO	Nota	Em Reais		
		2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.005.696,80	61.647.132,86	44.305.554,16
Operações de Crédito	20	32.343.154,76	60.984.590,82	44.305.554,16
Resultado das Aplicações Compulsórias		662.542,04	662.542,04	0,00
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(15.833.929,50)	(32.484.201,53)	(15.036.645,45)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(2.426.704,44)	(4.828.707,73)	(2.878.683,12)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	13.a	(3.862.618,45)	(7.295.990,55)	(6.357.381,54)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.544.606,61)	(20.359.503,25)	(5.800.580,79)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.171.767,30	29.162.931,33	29.268.908,71
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(11.336.900,73)	(20.419.550,34)	(10.403.575,83)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	22	5.608.848,56	9.317.168,32	4.466.065,24
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	23	2.650.706,60	4.865.644,96	2.849.722,67
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	24	(11.057.765,65)	(20.176.309,16)	(11.152.009,24)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	25	(10.470.115,23)	(19.321.250,45)	(10.666.578,74)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(788.977,31)	(1.332.236,94)	(557.998,18)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	26	3.147.145,34	6.366.772,05	3.016.855,49
Ingressos de Depósitos Interooperativos	5	2.108.290,58	3.980.608,42	3.406.704,34
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	27	(2.535.033,62)	(4.119.947,54)	(1.766.337,41)
RESULTADO OPERACIONAL		5.834.866,57	8.743.380,99	18.865.332,88
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(612.233,11)	(588.912,56)	22.802,37
Receitas Não Operacionais		54.567,52	117.053,16	32.602,27
Despesas Não Operacionais		(666.800,63)	(705.965,72)	(9.799,90)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		5.222.633,46	8.154.468,43	18.888.135,25
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18	84.890,67	(301.638,19)	(436.213,83)
Provisão para Imposto de Renda		50.806,67	(184.773,87)	(252.365,37)
Provisão para Contribuição Social		34.084,00	(116.864,32)	(183.848,46)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	19	(5.690.816,98)	(5.690.816,98)	(4.257.201,35)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		(383.292,85)	2.162.013,26	14.194.720,07
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	17.c	0,00	(346.556,62)	(5.316.046,83)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	15.2/17.c	0,00	(49.508,09)	(759.435,26)
Reserva Legal	17.b/c	0,00	(297.048,53)	(4.556.611,57)
Resultado de Incorporação	1.1/17.c	0,00	(1.171.851,50)	(3.576.374,81)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	17.c	(383.292,85)	643.605,14	5.302.298,43

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Marcos Murilo Gonçalves
Diretor Operacional
CPF. 573.343.586-00

Maria Aparecida Bueno Bevilacqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
SICOOB AMAZÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Em Reais	
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Acumuladas	Totais	
Saldo em 31/12/2017		64.022.194,53	(2.350.707,87)	3.917.647,90	10.547.477,51	76.136.612,07	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas				5.273.738,76	(5.273.738,76)	-	
Em Conta Corrente do Associado					(5.250.435,69)	(5.250.435,69)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(23.303,06)	(23.303,06)	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		19.291.694,57	(211.461,57)			19.080.233,00	
Por Devolução (-)		(6.330.610,61)				(6.330.610,61)	
Estorno de Capital		(12.504,96)				(12.504,96)	
Sobras ou Perdas Líquidas					18.451.921,42	18.451.921,42	
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital	19				(4.257.201,35)	(4.257.201,35)	
IRRF sobre Juros ao Capital		(345.466,22)				(345.466,22)	
Movimentações por incorporações					9.049.442,43	(69.027,00)	5.404.040,62
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Reserva	17.b/c			4.556.611,57	(4.556.611,57)	-	
. F A T E S	15.2/17.c				(759.435,26)	(759.435,26)	
Saldos em 31/12/2018	17	85.674.749,74	(2.631.196,44)	13.747.998,23	5.302.298,43	102.093.849,96	
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Em Conta Corrente do Associado	17.c				(5.302.298,43)	(5.302.298,43)	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		14.740.695,32	(2.782.313,21)			11.958.382,11	
Por Devolução (-)		(9.052.717,93)				(9.052.717,93)	
Estorno de Capital		(20.250,00)				(20.250,00)	
Sobras ou Perdas Líquidas					7.852.830,24	7.852.830,24	
Remuneração de Juros ao Capital:							
Subscrição do Juros ao Capital	19				(5.690.816,98)	(5.690.816,98)	
IRRF sobre Juros ao Capital		(152.566,90)				(152.566,90)	
Movimentações por incorporações					16.794.104,05	222.906,34	15.845.158,89
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Reserva	17.b/c			297.048,53	(297.048,53)	-	
. F A T E S	15.2/17.c				(49.508,09)	(49.508,09)	
Saldos em 31/12/2019	17	107.984.014,28	(5.413.509,65)	14.267.953,10	643.605,14	117.482.062,87	
Saldos em 30/06/2019		103.160.082,94	(4.905.186,00)	13.970.904,57	1.373.454,61	113.599.256,12	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		9.562.098,36	(508.323,65)			9.053.774,71	
Por Devolução (-)		(4.565.350,12)				(4.565.350,12)	
Estorno de Capital		(20.250,00)				(20.250,00)	
Sobras ou Perdas Líquidas					5.307.524,13	5.307.524,13	
Remuneração de Juros ao Capital:							
Subscrição do Juros ao Capital	19	-			(5.690.816,98)	(5.690.816,98)	
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados		(152.566,90)				(152.566,90)	
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
. Fundo de Reserva	17.b/c			297.048,53	(297.048,53)	-	
. F A T E S	15.2/17.c				(49.508,09)	(49.508,09)	
Saldos em 31/12/2019	17	107.984.014,28	(5.413.509,65)	14.267.953,10	643.605,14	117.482.062,87	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Marcos Murilo Gonçalves
Diretor Operacional
CPF. 573.343.586-00

Maria Aparecida Bueno Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

COOPERAIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA
SICOOB AMAZÔNIA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em Reais

DESCRIÇÃO	2º Sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações	5.222.633,46	8.154.468,43	18.888.135,25
IRPJ / CSLL	84.890,67	(301.638,19)	(436.213,83)
Provisão para Operações de Crédito	9.544.606,61	20.359.503,25	5.800.580,79
Provisão de Juros ao Capital	0,00	0,00	(4.257.201,35)
Depreciações e Amortizações	865.093,57	1.577.245,22	1.049.079,02
	15.717.224,31	29.789.578,71	21.044.379,88
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(37.510.503,02)	(77.260.185,66)	(86.106.702,75)
Outros Créditos	1.018.021,22	(3.105.221,57)	(1.234.139,79)
Outros Valores e Bens	(7.678.943,65)	(8.477.494,30)	(1.420.324,94)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	11.945.255,60	30.171.608,35	28.848.521,50
Depósitos a Prazo	2.813.706,68	17.174.867,91	16.709.825,23
Obrigações por Emissão de LCA	1.111.990,81	3.800.138,55	5.579.703,26
Relações Interdependências	(421,79)	1.832,84	(8.919,39)
Relações Interfinanceiras	25.628.317,42	32.703.725,04	19.069.430,59
Outras Obrigações	9.199.332,07	10.203.996,99	(247.820,74)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	22.243.979,65	35.002.846,86	2.233.952,85
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	(14.969,98)	(60.877,75)	(55.559,22)
Aquisição De Imobilizado de Uso	(2.125.963,28)	(11.584.761,08)	(3.638.181,78)
Aquisição de investimentos	0,00	(1.375.958,30)	(1.626.702,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.140.933,26)	(13.021.597,13)	(5.320.443,00)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	9.053.774,71	11.958.382,11	19.080.233,00
Devolução de Capital à Cooperados	(4.565.350,12)	(9.052.717,93)	(6.330.610,61)
Estorno de Capital	(20.250,00)	(20.250,00)	(12.504,96)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	0,00	0,00	(23.303,06)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	0,00	(5.302.298,43)	(5.250.435,69)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	(5.843.383,88)	(5.843.383,88)	(345.466,22)
Aumento no capital por incorporações	0,00	16.794.104,05	8.980.415,43
Aumento nas reservas por incorporações	0,00	222.906,34	0,00
Sobras/Perdas por incorporações	0,00	(1.171.851,50)	(3.576.374,81)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(1.527.776,19)	7.584.890,76	12.521.953,08
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.575.270,20	29.566.140,49	9.435.462,93
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	Nota 4 72.642.851,49	61.651.981,20	52.216.518,27
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	Nota 4 91.218.121,69	91.218.121,69	61.651.981,20
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.575.270,20	29.566.140,49	9.435.462,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Marcos Murilo Gonçalves
Diretor Operacional
CPF. 573.343.586-00

Maria Aparecida Bueno Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZONIA - SICOOB AMAZONIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **26/09/2001**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL – SICOOB NORTE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB AMAZONIA** possui **17** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

PAs	ENDEREÇO	CIDADE	UF
00	Av. Ayton Senna, 1109 – Setor 01 – Q. 001 – Lote 06	Buritis	RO
2	Rua Governador Jorge Teixeira de Oliveira, 2387 - Setor 01	Cidade de Monte Negro	RO
3	Rua Governador Jorge Teixeira de Oliveira, 3390 - Setor 04	Alto Paraíso	RO
5	Rua Tancredo Neves, 2117 A - Setor 01	Campo Novo de Rondônia	RO
6	Rua Cacau, 1527 - Setor 01,	Cacaulândia	RO
7	Rua Cujubim, 2510 - Setor 02,	Cujubim	RO
8	Rua Tancredo Neves, 1969 - Setor 01	Ariquemes	RO
9	Rua Emelindo Milani, 1117 - Setor 01	Rio Crespo	RO
10	Rua Tancredo Neves, 1072 - Setor 01- Distrito de Rio Branco	Campo Novo de Rondônia	RO
11	Rua Capitão Silva, 3790, Setor Grandes Áreas	Ariquemes	RO
12	Rua Franco de Sá, 430 - Bairro São Francisco	Manaus	AM
13	Avenida Mario Ypiranga, 687 - Bairro Adrianópolis	Manaus	AM
14	Av. Tancredo Neves, 1969 setor 1	Ariquemes	RO
15	Rua João Goulart, 1500 – N. Sra. das Graças.	Porto Velho	RO
16	Av. 15 de Novembro, 566 - Centro	Guajará Mirim	RO
17	Av. Alexandre Guimarães, 7518 -B. Tancredo Neves	Porto Velho	RO
18	Av. Jatuarana, 5158 – Bairro Cohab	Porto Velho	RO

O **SICOOB AMAZONIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação especial

Em **2019**, a **SICOOB AMAZONIA**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da **COOPERATIVA DE CREDITO CAPITAL FORTE - SICOOB CREDIFORTE**, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada Em 01 de

março de 2019 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº 155838 em 27/08/2019.

Demonstram-se abaixo incrementos patrimoniais mais significativos na data de 01 de março de 2019:

DESCRIÇÃO	Valor incorporado em 01.03.2019
Disponibilidades	1.421.169,35
Relações Interfinanceiras	9.590.276,12
Operações de Crédito	27.234.149,50
(-) Provisão Para Operações De Crédito	(6.175.638,03)
Outros Créditos	1.074.040,26
Outros Valores e Bens	81.561,57
Investimentos	2.925.758,30
Imobilizado em Uso	7.383.575,74
Depósitos	27.556.916,12
Outras Obrigações	1.798.863,04
Capital Social	15.170.336,58
Fundo de Reservas	5.031.479,26
Perdas Acumulada	(5.980.424,42)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da **Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - SICOOB NORTE**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações

realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	9.088.452,20	2.629.391,38
Relações interfinanceiras - centralização financeira	82.129.669,49	59.022.589,82
TOTAL	91.218.121,69	61.651.981,20

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	82.129.669,49	59.022.589,82
TOTAL	82.129.669,49	59.022.589,82

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB NORTE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 3.980.608,42 e R\$ 3.406.704,34, com taxa média de 100% do CDI nos respectivos períodos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	149.281.801,67	45.269.288,06	194.551.089,73	137.415.059,05
Financiamentos	4.142.010,17	3.372.400,86	7.514.411,03	8.755.154,79
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	83.272.931,20	61.379.765,25	144.652.696,45	130.507.472,94
Total de Operações de Crédito	236.696.743,04	110.021.454,17	346.718.197,21	276.677.686,78
(-) Provisões para Operações de Crédito	(16.569.160,82)	(7.553.167,61)	(24.122.328,43)	(10.982.500,41)
TOTAL	220.127.582,22	102.468.286,56	322.595.868,78	265.695.186,37

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos rurais	Total em 31/12/2019	Provisões em 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões em 31/12/2018
AA	-	Normal	12.699.420,45	12.359,70	1.457.586,01	14.169.366,16	0,00	6.476.738,37	0,00
A	0,50%	Normal	62.622.697,87	2.465.246,86	62.007.579,13	127.095.523,86	(635.477,62)	82.141.816,65	(410.709,08)
B	1%	Normal	51.951.151,87	2.564.583,27	56.053.633,62	110.569.368,76	(1.105.693,69)	125.692.969,96	(1.256.929,70)
B	1%	Vencido	1.233.758,52	78.626,68	0,00	1.312.385,10	(13.123,85)	805.463,31	(8.054,63)
C	3%	Normal	31.332.086,10	1.462.952,74	18.018.516,71	50.813.555,55	(1.524.406,65)	42.178.998,14	(1.265.369,94)
C	3%	Vencido	2.879.952,55	44.096,77	0,00	2.924.049,32	(87.721,48)	2.820.923,32	(84.627,70)
D	10%	Normal	5.779.076,47	227.249,77	4.378.010,14	10.384.336,38	(1.038.433,64)	4.221.678,28	(422.167,83)
D	10%	vencido	3.198.131,94	77.530,45	0,00	3.275.662,39	(327.566,24)	975.460,59	(97.546,06)
E	30%	Normal	2.501.985,03	89.841,93	1.356.368,37	3.948.195,33	(1.184.458,60)	1.666.317,44	(499.895,23)
E	30%	Vencido	1.943.124,66	107.797,34	0,00	2.050.922,00	(619.173,35)	1.105.587,92	(333.820,40)
F	50%	Normal	1.985.062,44	267.008,02	32.463,59	2.284.534,05	(1.142.267,03)	1.681.606,98	(840.803,49)
F	50%	Vencido	1.284.785,97	0,00	73.049,77	1.357.835,74	(683.444,38)	1.323.714,34	(666.270,02)
G	70%	Normal	525.706,34	0,00	420.234,03	945.940,37	(662.158,26)	1.228.778,40	(862.602,44)
G	70%	Vencido	1.531.655,43	65.145,66	2.189,24	1.598.990,33	(1.121.531,82)	383.054,27	(269.785,12)
H	100%	Normal	1.924.930,83	30.330,65	475.891,25	2.431.152,73	(2.431.152,73)	1.101.058,11	(1.101.058,11)
H	100%	vencido	11.157.563,36	21.641,19	377.174,59	11.556.379,14	(11.545.719,09)	2.862.860,65	(2.862.860,65)
Total Normal			171.322.117,40	7.119.572,94	144.200.282,85	322.641.973,19	(9.724.048,22)	266.389.962,33	(6.659.535,82)
Total Vencidos			23.228.972,33	394.838,09	452.413,60	24.076.224,12	(14.398.280,21)	10.277.064,40	(4.322.964,59)
Total Geral			194.551.089,73	7.514.411,03	144.652.696,45	346.718.197,21	(24.122.328,43)	276.667.026,73	(10.982.500,41)
Provisões			(20.260.150,72)	(404.817,38)	(3.457.360,33)	(24.122.328,43)		(10.982.500,41)	
Total Líquido			174.290.939,11	7.109.593,65	141.195.336,12	322.595.868,78		265.684.526,32	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
ADP / cheque Especial / Conta Garantida	9.975.362,50	0,00	0,00	9.975.362,50
Empréstimos e Títulos Descontados	78.293.508,74	61.012.930,43	45.269.288,06	184.575.727,23
Financiamentos	1.224.432,20	2.917.577,97	3.372.400,86	7.514.411,03
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	14.721.115,69	68.551.815,51	61.379.765,25	144.652.696,45
TOTAL	104.214.419,13	132.482.323,91	110.021.454,17	346.718.197,21

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.023.493,51	173.608,28	0,00	3.197.101,79	1%
Setor Privado - Indústria	387.185,55	46.342,30	0,00	433.527,85	0%
Setor Privado - Serviços	58.978.195,12	2.194.817,93	0,00	61.173.013,05	18%
Pessoa Física	132.074.031,43	5.095.854,10	143.533.786,07	280.703.671,60	81%
Outros	88.184,12	3.788,42	1.118.910,38	1.210.882,92	0%
TOTAL	194.551.089,73	7.514.411,03	144.652.696,45	346.718.197,21	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	10.982.500,41	6.253.274,80
Constituições / reversões	26.928.710,20	12.503.141,83
Transferência para prejuízo	(13.788.882,18)	(7.773.916,22)
TOTAL	24.122.328,43	10.982.500,41

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	8.616.251,95	2,30%	9.094.631,72	3,13%
10 Maiores Devedores	35.027.458,42	9,36%	33.740.551,52	11,73%
50 Maiores Devedores	83.020.636,78	22,20%	75.393.567,82	26,20%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	13.765.261,60	8.180.647,96
Valor das operações transferidas no período	13.788.882,18	7.773.916,22
Saldo migrado de incorporação	4.647.366,53	0,00
Valor das baixas por Recuperações no período	(4.258.421,56)	(1.803.530,97)
Valor das Baixas por Renegociação	(860.084,72)	(329.982,05)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(22.607,84)	(55.789,56)
TOTAL	27.060.396,19	13.765.261,60

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 7.132.863,98**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1. Avais e Fianças Honrados (a)	1.640.266,08	0,00	1.062.440,45	0,00
2. Rendas a Receber	924.288,01	0,00	703.513,30	0,00
Serviços prestados a receber (b)	441.129,98	0,00	319.778,85	0,00
Outras rendas a receber (c)	145.718,86	0,00	90.713,37	0,00
Rendimentos Centralização Financeira – Central (d)	337.439,17	0,00	293.021,08	0,00
3. Diversos	4.635.290,10	10.913,16	1.903.159,93	75.850,95
Adiantamentos e antecipações salariais	5.242,84	0,00	6.595,31	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (e)	290.723,33	0,00	97.697,40	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações (f)	1.946.291,71	0,00	625.866,16	0,00
Devedores por compra de valores e bens	0,00	0,00	35.500,00	0,00
Devedores por depósitos em garantia (g)	0,00	10.913,16	0,00	75.850,95
Impostos e contribuições a compensar (h)	454.199,55	0,00	17.054,84	0,00
Imposto de renda a recuperar (i)	23.204,46	0,00	30.627,46	0,00
Pagamentos a ressarcir (j)	27.057,34	0,00	19.019,64	0,00
Títulos e créditos a receber (k)	820.409,44	0,00	139.103,14	0,00
Devedores diversos – país (l)	1.068.161,43	0,00	931.695,98	0,00
4. (-) Provisões para outros créditos	(1.216.768,99)	0,00	(856.197,84)	0,00
(-) Com características de concessão de crédito (m)	(1.216.768,99)	0,00	(856.197,84)	0,00
TOTAL = 1+2+3+4	5.983.075,20	10.913,16	2.812.915,84	75.850,95

- O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual;
- Saldo de serviços prestados a receber, composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios firmados com órgãos governamentais;
- Os valores desta conta referem-se a rendas de convênios a receber INSS e outras rendas;
- Composto substancialmente por rendas da centralização financeira a receber do SICOOB NORTE referente ao mês de dezembro/2019;
- Refere-se a adiantamentos para pagamento de despesas diversas;
- Refere-se a valores antecipado à fornecedores por conta de futura aquisição de bens do imobilizado;
- Refere-se a valores de depósitos para interposição de recursos trabalhistas;
- Refere-se substancialmente a impostos e contribuições a compensar em exercícios futuros;
- Refere-se a impostos retidos a recuperar quando do pagamento de Imposto de Renda;
- Pagamentos por acordo extra judicial e depósito judicial;

- k) Refere-se a valores a receber de cooperados com processos de sinistros (seguros), bem como tarifas e outros títulos e créditos a receber;
- l) Neste grupo de contas estão alocados substancialmente os valores de pendências a regularizar de curto prazo;
- m) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Normal	239.588,49	239.588,49	(71.876,55)	127.000,50	(38.100,15)
E	30%	Vencidas	153.317,70	153.317,70	(45.995,31)	56.832,23	(17.049,76)
F	50%	Normal	65.058,32	65.058,32	(32.529,16)	5.715,92	(2.857,96)
F	50%	Vencidas	110.423,14	110.423,14	(55.211,57)	96.800,26	(48.400,13)
G	70%	Normal	26.743,14	26.743,14	(18.720,20)	68.791,97	(48.154,38)
G	70%	Vencidas	175.664,04	175.664,04	(122.964,95)	137.213,78	(96.049,67)
H	100%	Normal	852,20	852,20	(852,20)	9.719,35	(9.719,35)
H	100%	Vencidas	868.619,05	868.619,05	(868.619,05)	595.866,44	(595.866,44)
Total Normal			332.242,15	332.242,15	(123.978,11)	211.227,74	(98.831,84)
Total Vencidos			1.308.023,93	1.308.023,93	(1.092.790,76)	886.712,71	(757.366,00)
Total Geral			1.640.266,08	1.640.266,08	(1.216.768,99)	1.097.940,45	(856.197,84)
Provisões			(1.216.768,86)	(1.216.768,99)		(856.197,84)	
Total Líquido			423.497,22	423.497,09		241.742,61	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	12.282.060,96	3.234.252,61
(-) Provisão para desvalorização de BNDU (a)	(1.370.909,40)	(860.156,24)
Material em Estoque (b)	2.703,00	721,00
Despesas Antecipadas (c)	331.329,48	392.872,37
TOTAL	11.245.184,04	2.767.689,74

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação. A provisão para desvalorização de Bens Não de Uso Próprio é calculada com base em laudos de avaliação emitidos por especialistas. Destacamos que em 2019 foi recebido, como dação em pagamento, imóvel localizado no município de Ariquemes/RO, com área de 5.152,21m², no valor de R\$ 6.296.000,00, que resultou no registro de receita decorrente de reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.185.452,22, vinculada às operações de crédito liquidadas com essa transação. A escritura de dação em pagamento desse bem possui cláusula de retrovenda (recompra) em favor do ex-proprietário do imóvel, a qual estabelece, no prazo de 2 (dois) anos a partir da data da dação (07/08/2019), a necessidade de anuência do ex-proprietário para que a venda do imóvel seja realizada.
- (b) Refere-se a estoque de cartões de crédito provisórios;
- (c) Neste grupo de contas estão registradas as despesas antecipadas substancialmente com prêmios de seguros e vale alimentação dos funcionários da cooperativa.

9. Investimentos

Representado substancialmente por quotas da Cooperativa no capital social da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - **SICOOB NORTE**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	8.000.802,00	6.626.702,00
Outros Investimentos	1.858,30	0,00
TOTAL	8.002.660,30	6.626.702,00

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (a)	-	259.457,43	570.909,07
Terrenos	-	2.061.225,78	1.409.225,78
Edificações	4%	10.032.879,15	4.388.322,97
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-	(1.232.920,30)	(299.238,06)
Instalações	10%	3.134.084,02	784.022,77
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(692.594,88)	(160.948,97)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	4.204.585,29	1.606.281,93
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(1.418.258,83)	(510.687,83)
Sistema de Comunicação	20%	221.860,48	128.709,41
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.689.051,95	1.835.647,99
Sistema de Segurança	10%	846.514,21	528.565,20
Sistema de Transporte	20%	527.704,83	182.413,23
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-	(2.587.038,70)	(1.456.144,60)
TOTAL		19.046.550,43	9.007.078,89

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

O aumento no Imobilizado de Uso refere-se substancialmente a incorporação tratada na Nota 1.1. e abertura de Ponto de Atendimento.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	114.004.472,58	83.832.864,23
Depósito a Prazo	70.062.574,90	52.887.706,99
TOTAL	184.067.047,48	136.720.571,22

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	8.063.955,45	4,03%	3.839.597,50	02,71%
10 Maiores Depositantes	25.290.633,16	12,64%	17.877.684,53	12,61%
50 Maiores Depositantes	55.117.354,05	27,54%	39.501.432,49	27,86%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.159.558,24)	(2.440.239,89)
Despesas de Depósitos Judiciais	0,00	(9.513,16)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(408.254,15)	(261.534,85)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(260.895,34)	(167.395,22)
TOTAL	(4.828.707,73)	(2.878.683,12)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, conforme saldos em 31/12/2019 e 31/12/2018:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recursos de Letras Imobiliárias, hipotecária de Crédito e Similares	9.379.841,81	5.579.703,26
TOTAL	9.379.841,81	5.579.703,26

a) As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo **SICOOB NORTE** possuem remuneração entre **85%** e **110%** do CDI, com prazos de vencimentos de até **(01/03/2021)**, com prazo mínimo de carência de **90** dias, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.

b) abaixo o saldo apropriado em despesas sobre os recursos de aceite e emissão de títulos:

Descrição	2019	Taxa média	2018	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(408.254,15)	0,33	(261.534,85)	0,43

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	74.255.019,04	66.033.160,66	41.874.288,93	63.462.723,54
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(2.854.586,81)	(6.851.050,06)	(2.964.832,51)	(4.493.362,17)
TOTAL	71.400.432,23	59.182.110,60	38.909.456,42	58.969.361,37

a) O **SICOOB VALE DO JAMARÍ** possui 1.408 contratos de empréstimos com o **BANCOOB** com prazos de vencimento entre 10/01/2020 e 02/12/2024 e taxas de juros entre 4,60% a.a. e 11,50% a.a. As despesas incorridas na remuneração dos repasses interfinanceiros nos exercícios de 2019 e 2018 foram respectivamente R\$ 7.295.990,55 e R\$ 6.357.381,54.

14. Relações Interdependências

Trata-se de valores recebidos de convênios a ser repassados às empresas conveniadas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	2.081,76	248,92
TOTAL	2.081,76	248,92

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	150.908,52	0,00	91.366,29	0,00
Sociais e Estatutárias	965.164,64	0,00	883.701,53	0,00
Fiscais e Previdenciárias	965.904,51	0,00	704.124,45	0,00
Diversas	14.365.153,24	262.263,50	4.749.947,27	26.749,79
TOTAL	16.447.130,91	262.263,50	6.429.139,54	26.749,79

15.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito – IOF	124.401,12	71.920,31
Recebimento de Tributos Municipais	26.507,40	19.445,98
TOTAL	150.908,52	91.366,29

15.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	86.962,71	804.947,13
Cotas de Capital a Pagar (b)	878.201,93	78.754,40
TOTAL	965.164,64	883.701,53

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **05%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
ISSQN a recolher	23.495,70	13.574,72
INSS a recolher	13.951,30	7.952,89
IRRF a recolher	2.621,87	650,29
IRRF a recolher - pessoa física	6.887,98	7.331,07
PIS/COFINS/CSLL a recolher	10.729,98	2.587,33
IRRF a recolher	138.709,60	83.356,69
INSS a recolher	360.685,76	237.047,07
FGTS a recolher	112.877,57	88.109,60
PIS a recolher	16.520,60	10.418,53
Contribuição sindical a recolher	1.648,48	940,62
IRRF sobre aplicações financeiras	17.724,49	18.152,23
ISSQN a recolher	71.543,87	49.432,99
PIS faturamento a recolher	4.452,03	5.509,49
COFINS a recolher	30.730,17	33.983,89
IRRF sobre juros ao capital	153.325,11	145.077,04
TOTAL	965.904,51	704.124,45

15.4 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos (a)	8.063.693,01	0,00	307.510,71	0,00

Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	28.621,75	0,00	70.897,62	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros (b)	390.406,52	0,00	47.459,20	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	2.305.180,31	0,00	1.536.759,07	0,00
Provisão para Passivos Contingentes (d)	0,00	102.948,14	0,00	26.749,79
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (e)	1.471.867,91	159.315,36	878.987,08	0,00
Credores Diversos – País (f)	2.105.383,74	0,00	1.908.333,59	0,00
TOTAL	14.365.153,24	262.263,50	4.749.947,27	26.749,79

- a) Refere-se a cheques administrativos emitidos e não sacados pelos cooperados;
- b) Refere-se substancialmente as obrigações de pagamento em nome de terceiros (conta salário).
- c) Refere-se às provisões de obrigações a pagar em relação as despesas com pessoal e outras despesas administrativas;
- d) Provisão para passivos contingentes estão alocados valores de provisão trabalhista e cíveis, vide Nota 34.
- e) Refere-se às provisões para garantias financeiras prestadas, apuradas sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 37.960.729,21, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999;
- f) Este grupo de contas está composto substancialmente pelas pendências a regularizar de curto prazo e por cheques depositados e ainda não compensados.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB AMAZONIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Posição da conta Capital Social em 31/12/2019 e 31/12/2018, respectivamente:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	102.570.504,63	83.043.553,30
Associados	21.720	14.174

b) Fundo de Reserva

Formado pelo Fundo de Reserva que é representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30% utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras líquida do exercício de 2018, no valor R\$ 5.302.298,43 (cinco milhões, trezentos e dois mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos), destinando-se 100% para crédito em conta corrente dos cooperados.

A sobra líquida do exercício de 2019 terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	2.162.013,26	14.194.720,07
Resultado da incorporação no exercício	(1.171.851,50)	993.985,17
1. Sobra líquida, base de cálculo das destinações	990.161,76	15.188.705,24
2. Destinações estatutárias	(346.556,62)	(5.316.046,83)
Reserva legal - 30%	(297.048,53)	(4.556.611,57)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(49.508,09)	(759.435,26)
3. Resultado de perdas acumuladas de incorporações	0,00	(4.570.359,98)
Sobra à disposição da Assembleia Geral = 1+2+3	643.605,14	5.302.298,43

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	9.309.261,11	4.690.706,97
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.727.908,65)	(786.399,82)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.386.024,85)	(1.753.383,23)
Resultado operacional	4.195.327,61	2.150.923,92
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(588.912,56)	22.802,37
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.606.415,05	2.173.726,29
Imposto De Renda e Contribuição Social	(301.638,19)	(436.213,83)
Resultado de atos não cooperativos antes das exclusões	3.304.776,86	1.737.512,46
(-) total das exclusões	(5.409.979,11)	(3.272.240,73)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(2.105.202,25)	(1.534.728,27)

19. Provisão de Juros ao Capital

Em 31/12/2019, a Cooperativa pagou juros ao capital próprio de **R\$ 5.690.816,98** (em 2018 foi de R\$ 4.257.201,35), visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

20. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.651.244,20	1.144.236,73
Rendas de Empréstimos	31.369.009,19	17.486.043,69
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	9.880.922,75	9.109.026,38
Rendas de Financiamentos	1.474.643,47	1.515.093,60
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	11.450.671,89	12.562.999,02
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.158.099,32	2.488.154,74
TOTAL	60.984.590,82	44.305.554,16

21. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações De Crédito De Liquidação Duvidosa	19.577.895,92	567.195,33
Outros Créditos De Liquidação Duvidosa	1.020.020,20	0,00
Despesas De Captação	(4.828.707,73)	(2.878.683,12)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(7.295.990,55)	(6.357.381,54)
Provisões para Operações de Crédito	(38.846.910,66)	(5.188.566,02)
Provisões para Outros Créditos	(2.110.508,71)	(1.179.210,10)
TOTAL	(32.484.201,53)	(15.036.645,45)

22. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	793.956,00	300.516,84
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	8.520.712,32	4.160.548,40
Rendas de Garantias Prestadas	2.500,00	5.000,00
TOTAL	9.317.168,32	4.466.065,24

23. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	2.026.088,74	1.123.968,54
Rendas de Serviços Prioritários - PF	894.718,00	621.988,13
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	175.012,61	34.016,08
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.769.825,61	1.069.749,92
TOTAL	4.865.644,96	2.849.722,67

24. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(143.803,92)	(126.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.770.876,93)	(1.048.481,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.992.439,08)	(1.648.873,51)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(4.061.725,46)	(2.261.728,99)
Despesas de Pessoal - Proventos	(11.015.708,64)	(5.727.267,52)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(166.643,23)	(308.368,40)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(25.111,90)	(31.289,82)
TOTAL	(20.176.309,16)	(11.152.009,24)

25. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(730.851,06)	(273.553,66)
Despesas de Aluguéis	(1.569.625,84)	(645.356,16)
Despesas de Comunicações	(895.241,14)	(593.386,42)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(525.232,09)	(191.731,49)
Despesas de Material	(346.687,77)	(235.333,24)
Despesas de Processamento de Dados	(1.170.684,04)	(667.804,43)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(826.005,76)	(966.395,65)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(585.195,10)	(250.009,77)
Despesas de Publicações	(12.150,64)	(5.717,74)
Despesas de Seguros	(353.910,07)	(184.706,49)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.980.909,14)	(1.390.083,07)
Despesas de Serviços de Terceiros	(593.755,77)	(323.304,68)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.098.745,04)	(375.046,97)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(887.557,63)	(205.393,37)
Despesas de Transporte	(1.408.970,76)	(636.698,85)
Despesas de Viagem ao Exterior	(16.989,33)	0,00
Despesas de Viagem no País	(317.789,63)	(331.096,16)
Despesas de Amortização	(31.955,68)	(41.782,75)
Despesas de Depreciação	(1.545.289,54)	(1.007.296,27)
Outras Despesas Administrativas	(1.343.796,00)	(806.253,66)
Emolumentos judiciais e cartorários	(469.581,95)	(125.932,73)
Contribuição a OCE	(307,32)	(1.800,00)
Rateio de despesas da Central	(1.543.728,35)	(1.407.895,18)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(66.290,80)	0,00
TOTAL	(19.321.250,45)	(10.666.578,74)

26. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	93.289,65	173.188,40
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	1.421.172,51	642.715,08
Deduções e abatimentos	146.245,95	10.965,95
Rendas de repasses Delcredere	151.036,30	137.492,50
Outras rendas operacionais	77.397,49	93.705,49
Rendas oriundas de cartões de crédito	4.477.630,15	1.958.788,07
TOTAL	6.366.772,05	3.016.855,49

27. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(50.062,60)	(6.733,19)
Despesas de Provisões Passivas	(2.018.486,92)	(985.241,26)
Outras Despesas Operacionais	(1.038.258,55)	(469.184,20)
Descontos concedidos - operações de crédito	(410.359,97)	(173.100,25)
Cancelamento - tarifas pendentes	(602.779,50)	(132.078,51)
TOTAL	(4.119.947,54)	(1.766.337,41)

28. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	97.291,95	32.602,27
Ganhos de Aluguéis	4.900,00	0,00
Outras Rendas não Operacionais	14.861,21	0,00
(-) Perdas de Capital	(153.281,03)	(9.799,90)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(443.288,82)	0,00
(-) Outras Despesas não Operacionais	(109.395,87)	0,00
Resultado Líquido	(588.912,56)	22.802,37

29. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

- a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	9.577.166,93	0,9950%	69.293,43
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	358.667,94	0,0373%	902,25
TOTAL	9.935.834,87	1,0322%	70.195,68
Montante das Operações Passivas	1.595.150,00	1,3791%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	21.958,66	219,59	0,51%
Conta Garantida	841,57	8,42	0,02%
Crédito Rural	4.897.054,33	32.774,10	3,39%
Empréstimo	1.470.107,07	19.967,24	0,97%
Financiamento	57.657,06	576,57	0,77%
Títulos Descontados	61.586,02	307,93	0,18%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.074.366,14	1,83%	0%
Depósitos a Prazo	1.400.698,02	1,76%	0,39%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,9500%
Empréstimos	1,6214%
Financiamento	1,5000%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	101,084% da taxa CDI

d) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,54%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,10%
Crédito Rural (modalidades)	0,46%
Aplicações Financeiras	1,38%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	841,57
Crédito Rural	5.057.576,01
Empréstimo	2.185.352,93
Financiamento	163.882,86

f) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
235.936,37	1.292.406,39

g) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença, FGTS e custeio à previdência social, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários	1.474.943,22
Cédulas de presenças	283.549,56
Gratificações e outras ajudas de custos	12.384,15
Encargos Sociais	402.362,37

h) No decorrer do exercício houve aquisições no montante de R\$ 71.382,60, por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação e pagamento.

30. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA - SICOOB AMAZÔNIA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB NORTE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB NORTE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB AMAZÔNIA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB NORTE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

31. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

31.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

31.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

31.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

31.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

31.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

32. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	363.792.052,57	287.207.154,15
Patrimônio de Referência (RWAR _{PR})	112.753.448,38	99.628.259,81
Índice de Basileia %	30,99%	34,69%
Razão de Alavancagem (RA) %	22,13%	25,06%
Índice de imobilização %	16,89%	9,05%

34. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais (Nota 15.4/d)	Depósitos Judiciais (Nota 7.g)	Provisão para Demandas Judiciais (Nota 15.4/d)	Depósitos Judiciais (Nota 7.g)
Trabalhistas	57.994,28	10.913,16	26.749,79	75.850,95
Cível	44.953,86	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	102.948,14	10.913,16	26.749,79	75.850,95

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB AMAZONIA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 710.213,35. Essas ações abrangem, basicamente, três processos trabalhistas no montante de R\$ 556.457,58 e dezesseis processos cíveis no montante de R\$ 153.755,77.

Elias Alves Pereira
Presidente Cons. Adm.
CPF. 422.143.862-20

Marcos Murilo Gonçalves
Diretor Operacional
CPF. 573.343.586-00

Maria Aparecida B. Bevilaqua
Diretora Adm./Financeira
CPF. 326.810.032-53

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC/RO 2897/O-5

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito da Amazônia – Sicoob Amazônia
Buritis - RO**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito da Amazônia – Sicoob Amazônia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Amazônia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota explicativa número 8, a cooperativa possui, em 31 de dezembro de 2019, bens não de uso próprio no valor de R\$ 12.282 mil. Deste montante, R\$ 6.296 mil referem-se a imóvel recebido em dação em pagamento de operações de crédito, que resultou no reconhecimento, no exercício de 2019, de receita com a reversão de provisões para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1.185 mil, vinculadas às operações liquidadas. A escritura pública de dação em pagamento do referido imóvel possui cláusula específica de retrovenda/recompra do bem, com validade de 2 (dois) anos a contar da data da efetiva dação, ocorrida em agosto de 2019, a qual estabelece a necessidade de anuência do antigo proprietário para que a venda do imóvel recebido possa ser realizada dentro do período citado. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 14 de abril de 2020.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Sofocles', is written over a faint, larger version of the signature.

Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA – SICOOB AMAZÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis da Cooperativa do exercício de 2019, e fundamentado no parecer da Auditoria Externa realizado por **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AUDITORIA COOPERATIVA - CNAC**, emitido em 14 de abril de 2020, subscrito pelo contador Sófocles Barbosa de Oliveira, CRC PB 008067/O CNAI 1804; Declara que, os números ali representados, refletem de forma adequada a situação Patrimonial e Financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2019. Portanto **“O PARECER DO CONSELHO FISCAL É FAVORÁVEL”** e recomendamos a aprovação da prestação de contas da gestão 2019, pela Assembleia Geral, **“SEM RESSALVAS”**, com base no Relatório de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

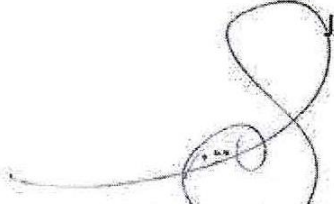
Buritis RO, 24 de abril de 2020



Luiz Carlos Ciura
Coordenador



Jeferson Renato Souza Kutisque
Secretário



Severino Batista de Souza
Membro Efetivo